



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681244 - MG (2021/0225621-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RODRIGO BUENO BRAGA
ADVOGADO : RODRIGO BUENO BRAGA - MG082192
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO PEDRO DE ASSIS (PRESO)
PACIENTE : IGOR SILVESTRE SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO PEDRO DE ASSIS e IGOR SILVESTRE SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.21.117682-1/000).

Os pacientes foram presos preventivamente no dia 27 de junho de 2021, pela suposta prática do delito previsto no art. 171, do Código Penal.

Interposto HC na origem, foi denegado no Tribunal estadual.

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a custódia cautelar não apresenta fundamentação idônea.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar as prisões preventivas dos pacientes, com a consequente expedição dos alvarás de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque ao apreciar a matéria o Tribunal de origem assim fundamentou:

Com efeito, ao contrário do alegado no presente *writ*, verifica-se que a decisão proferida pela autoridade apontada como autora, que decretou a prisão preventiva dos pacientes, encontra-se devidamente fundamentada, indicando a necessidade de seu acautelamento provisório para garantia da ordem pública, diante do *modus operandi* dos crimes noticiados e para evitar a reiteração

criminosa.

Destaco a seguir trecho da referida decisão que converteu a prisão em flagrante delito em preventiva:

“(…)“(…) Trata-se de comunicação da Autoridade Policial, noticiando a prisão de JOÃO PEDRO DE ASSIS e IGOR SILVESTRE SILVA pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 171 do Código Penal. O flagrante encontra-se formal e materialmente perfeito, não havendo nada que o inquine de nulidade. Analisando os autos deste flagrante, verifico que há prova preliminar da existência do crime (depoimentos colhidos no APF) e ainda, indícios suficientes de autoria por parte dos flagrados, eis que policiais militares receberam denúncia informando que indivíduos já conhecidos nos meios policiais haviam alugado um imóvel e de lá realizavam estelionato utilizando computadores e dados de cartões de vítimas para realizarem compras pela internet. Diante dos fatos, policiais se deslocaram para o bairro Residencial 2000 e abordaram os autores em um veículo Jetta na posse de uma chave de residência. Em seguida, deslocaram-se até o local da denúncia onde localizaram 12 aparelhos de telefone novos, 21 TVs de 32" ainda embaladas, um móvel novo embalado e uma CPU ligada em uma tela que continha diversos números de cartões e dados bancários, dois notebooks, entre outros. Ao lado do computador havia uma caixa com diversas embalagens com produtos recebidos via correios e transportadoras em nome de diversas pessoas com CPF de outros estados, possivelmente vítimas. Ainda segundo os policiais, os autores chegaram a dizer que "não estavam preocupados pois não iriam localizar as vítimas pois seriam de outras cidades e com isso eles não ficariam presos, pois segundo eles mesmos disseram o crime que cometem é cibernético não usam de violência e não é competência da PM pegá-los". Ademais, ressaltamos que foi realizado contato a partir do local flagrante com uma das pessoas identificadas dentre as possíveis vítimas, a qual negou tenha feito qualquer compra pela internet, e que não conhece ninguém da cidade de Uberaba. No caso dos autos, a conversão da prisão em flagrante em preventiva é medida que se impõe como garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade dos fatos ora praticados e também para evitar reiteração criminosa, uma vez que os flagrados registram passagens criminais, sendo que Igor responde a processo por roubo e João Pedro é reincidente pela prática de tráfico, conforme CAC's anexas. Ademais, verifica-se que o crime supostamente cometido pelos flagrados se amolda ao art. 171, 52-A, do Código Penal, uma vez que a infração foi cometida por meio eletrônico, o qual prevê pena de 4 a 8 anos de reclusão(…).” - fl. 64

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente